

***Gatekeeping* em empresas multinacionais portuguesas: Sobre o uso de narrativas na análise de experiências de acesso constrangido.**

João Vasco Coelho¹

¹ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
vasco.jcoelho@gmail.com

Resumo. Procurando ilustrar os processos sociais emergentes na procura de acesso a um campo empírico particular (uma empresa), o presente artigo apresenta uma narrativa como suporte analítico das relações sociais encetadas e mantidas com e nas empresas tomadas como *caso*, no contexto de uma pesquisa de natureza intensiva. Trata-se de uma pesquisa de doutoramento cuja trajetória de concretização foi perpassada por constrangimentos, o insucesso (face ao planeado), a negociação, em contínuo, de condições de exequibilidade, de possibilidade. A plausibilidade do uso de narrativas como ilustração empírica de relações sociais de pesquisa, é objeto de análise reflexiva, considerando-se a existência de ganhos na adopção de uma narrativa como veículo de conhecimento e de comunicação de dimensões particulares de um processo de pesquisa: ganhos de visibilidade, de escrutínio, de desocultação da própria experiência de observação, pela evocação de incidentes críticos e a exploração de processos emergentes no decurso das relações sociais de observação.

Palavras-chave: Investigação qualitativa; Acesso ao campo; *Gatekeeping*; Análise narrativa; Reflexividade metodológica.

Gatekeeping in portuguese multinational companies: Using narratives as analytical anchors of constrained field access experiences.

Abstract. Seeking to illustrate the social processes involved in the research task of “gaining access” to a specific empirical context (a company), this paper suggests the use of narratives as analytical anchors to explore the social relations maintained with and within the companies taken as a *case*, in the context of intensive, qualitative research projects. A doctoral research project is used as reference, a project punctuated by field access constraints and reluctant gatekeeping relations, unplanned research circumstances that implied the continuous negotiation of the research overall feasibility conditions. The plausibility of using narratives to illustrate the social relations that embed research projects involving “sensitive topics” and reluctant gatekeepers is questioned. It is argued that the use of narratives in these research contexts can represent a gain for the research process itself: a gain of visibility and chance to scrutinize empirical observation procedures and “gaining access” issues as reflexive experiences.

Keywords: Qualitative research; Field access; Gatekeeping; Narrative analysis; Reflexivity.

1 De uma pesquisa qualitativa: Um problema de acesso, o acesso como problema.

Com o presente artigo, visa-se a partilha de uma reflexão sobre uma experiência de pesquisa de doutoramento, onde a criação e manutenção de condições de acesso a um campo empírico particular (uma empresa multinacional portuguesa) constituiu uma questão *sensível*. Com a partilha desta experiência concreta, considera-se, a título de questão colocada como centro de gravidade de discussão, a análise das condições de acesso ao campo de observação em contextos empresariais, condições difíceis e particulares, tipicamente minorizadas no contexto da reflexão epistemológica e metodológica.

A pesquisa indicada toma o trabalho global (Kraimer, Shaffer, Chen & Bolino 2012; Mayrhofer, Reichel & Sparrow, 2012; Baruch, Dickmann, Altman & Bournois, 2013) como objecto de problematização teórica, considerando-o numa dupla perspectiva – como modo específico de exercício e de organização do trabalho; como experiência vivida pelos indivíduos. Em termos empíricos, a pesquisa toma uma prática organizacional de gestão de recursos humanos como objecto de referência analítica (Ragin & Amoroso, 2011) – a expatriação. A expatriação corresponde a uma categoria específica de trabalho global, localizável em contextos empresariais contemporâneos (Dabic, González-Loureiro & Harvey, 2013), especificamente, em contextos empresariais cuja evolução histórica se caracteriza, entre outros elementos, por trajectórias de internacionalização.

O acesso e a manutenção do acesso a um campo empírico representam uma das principais e mais comuns *complicações* do trabalho de pesquisa em ciências sociais (Buchanan, Boddy & McCalman, 1988; Thomas, 1993; Adler & Adler, 2002; Welch, Marschan-Piekkari, Penttinen & Tahvanainen, 2002; Feldman, Bell & Berger, 2003; Shenton & Hayter, 2004; Czarniawska, 2014). O acesso ao campo, a obtenção e manutenção de acesso ao campo define, nos termos de Burgess (1997 [1984]), uma pré-condição do sucesso da pesquisa a concretizar. Não obstante a sua importância central para a prossecução dos objectivos de observação empírica, a criação de condições de acesso ao campo tende a ser considerada, no âmbito da concepção do desenho de uma pesquisa, como uma tarefa *menor*, de ordem tática (Gummesson, 2000), sendo a experiência em si, em sentido próximo, poucas vezes objecto de consideração, de relato, de análise crítica por parte dos investigadores (Okumus, Altinay & Roper, 2007, p. 2).

Procurando interrogar os processos sociais emergentes na procura de acesso a um campo empírico particular (uma empresa), o presente artigo apresenta uma narrativa (cf. ponto 3) como ilustração empírica das relações sociais encetadas e mantidas com e nas empresas tomadas como caso (Ragin & Becker, 1992), no contexto de uma pesquisa da natureza intensiva, cuja trajectória de concretização foi perpassada por constrangimentos, o insucesso (face ao planeado), a negociação, em contínuo, de condições de possibilidade (Foucault, 1979).

A plausibilidade do uso de narrativas na ilustração empírica das relações sociais de observação constituídas num contexto de pesquisa pautado pelo constrangimento, é objecto de análise reflexiva, delimitando uma opção teórico-metodológica que é colocada em perspectiva, à luz de relatos congéneres de estudos de caso realizados em contexto empresarial, onde o acesso (às empresas e aos indivíduos nas empresas) representou, de certo modo, um *problema* (Buchanan, Boddy & McCalman, 1988; Thomas, 1993; Laurila, 1997; Adler & Adler, 2002; Welch, Marschan-Piekkari, Penttinen & Tahvanainen, 2002; Feldman, Bell & Berger, 2003; Shenton & Hayter, 2004; Quattrone, 2006; Okumus, Altinay & Roper, 2007).

Na sua orientação teórico-metodológica, a pesquisa referida assumiu a configuração de uma análise intensiva de *campos de observação* restritos. O acesso ao campo empírico foi consumado em dois grupos empresariais portugueses, de génese e gestão familiar, grupos empresariais de grande dimensão no momento de realização da pesquisa, que apresentam trajectórias de internacionalização diversa, diferentes enquadramentos sectoriais (caso A: indústria; caso B: serviços terciários), objecto de actividade económica (caso A: construção civil e obras públicas; caso B: distribuição/retalho), culturas de empresa, práticas de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos. A negociação do acesso ao campo nestes dois contextos tomou 9 meses (Janeiro e Setembro de 2016), um processo longo, iterativo, que obrigou a sucessivas adaptações, em termos cronológicos, do plano de pesquisa inicialmente gizado. Neste intervalo de tempo, foram concedidas e realizadas 6 entrevistas a gestores e directores. Numa das empresas, foi validado o acesso a 2 indivíduos para efeito de entrevista semi-estruturada. Neste intervalo de tempo, o acesso a uma terceira empresa foi adiado, tendo sido negado posteriormente, por ser considerado *sensível*, e, por tal, inoportuno. Neste intervalo de tempo, opções inicialmente consideradas foram descartadas (e.g.,

o uso da observação participante ou do diário individual como dispositivos de recolha de informação empírica). Em função destes resultados, do *(in)sucesso do acesso*, no decurso do intervalo de tempo mencionado, o planeamento inicial da pesquisa foi sucessivamente revisto.

2 Uma opção metodológica: O uso de narrativas na análise de um problema de acesso ao campo empírico.

Um plano de pesquisa é passível de ser perpassado por constrangimentos possivelmente imprevistos (porque emergentes do próprio campo, do confronto com o campo empírico) (Denzin & Lincoln, 2000; Czarniawska, 2007, 2014). Trata-se de uma circunstância que solicita a manutenção de uma postura aberta e flexível na programação das actividades de pesquisa, no referente: à escolha dos locais de contacto, dos períodos de tempo a solicitar, das pessoas a contactar; aos critérios subjacentes à *selecção* de casos disponibilizados para contacto; ao *tempo longo* de negociação da *entrada no terreno*; à necessidade de fazer com que o estudo seja aceite, seja percebido como relevante; à necessidade de reflexão sobre o papel desempenhado pelo próprio investigador, o efeito de *interferência* na própria situação que é objecto de observação.

Um constrangimento específico da pesquisa proposta derivou da natureza putativamente *sensível* (Lee, 1993) do objecto considerado em termos de análise empírica: a expatriação perspectivada como prática organizacional e como experiência individual. Para Kraimer, Shaffer, Chen e Bolino (2012), a expatriação e a gestão da expatriação representam (ainda) uma *fraqueza* no universo das empresas, sendo porém significativo, muitas vezes decisivo, o seu contributo para a concretização da estratégia de internacionalização de uma empresa. A natureza *sensível*, *interdita*, do objecto considerado em termos empíricos por uma pesquisa, é, em rigor, uma circunstância particularmente significativa num contexto como o empresarial, na medida em que o campo empírico se apresenta tendencialmente como um campo fechado, um universo *privatizado* com uma imagem pública a preservar (Laurila, 1997), comportando o acesso, em si, desafios técnicos e logísticos adicionais, apensos, entre outros factores, à existência de dispersão geográfica das instalações das empresas, à valorização do tempo como recurso finito (e por tal, escasso), e à mobilidade crescente dos indivíduos no seu quotidiano de trabalho (Elliott & Urry, 2010).

Um pedido de acesso ao campo sugere ou implica, neste quadro, uma possibilidade de *intrusão*, de *interferência*. O acesso que é concedido pode representar, em certa medida, um acesso condicionado, constrangido, não ao interior, aos *interiores* da empresa, mas sim a um conjunto de antecâmaras, lugares de observação mediada, controlada, intermédia (Czarniawska, 2014). Shenton e Hayter (2004) diferenciam dois níveis de acesso que são tipicamente objecto de negociação, no contexto de um estudo de natureza qualitativa: o acesso à organização e o acesso aos indivíduos na organização. O acesso à organização é vital para a exequibilidade do programa de pesquisa, e é objecto de processos de controlo e regulação (*gatekeeping*), amplamente documentados em termos empíricos (Reeves, 2010).

O *gatekeeper* é o ator social que se apresenta investido de um papel de regulação do acesso ao campo empírico, à possibilidade do investigador encetar contactos, relações, aceder a informação. Trata-se de uma função que visa prevenir, em especial, que o acesso a informação considerada como sensível, confidencial ou interdita ocorra. Na relação com o *gatekeeper*, a posição do investigador é tipicamente informada pela desigualdade – de recursos simbólicos, de informação sobre o campo, de poder de decisão. Se valorizados *in situ*, os principais recursos simbólicos que o investigador pode mobilizar, em termos práticos ou discursivos, no contexto de uma relação social de observação, são o apoio formal de um actor ou instituição de reputação inquestionável (Shenton & Hayter, 2004), a sua própria experiência e competências profissionais, e o crédito de respeitabilidade que é *importado* da sua pertença ao meio académico.

A relação com o *gatekeeper* pode revestir-se de atribuições de facilitação, e não apenas de controlo ou de inibição do acesso ao campo empírico. Ao facilitar o acesso, o *gatekeeper* corre riscos: ao garantir o acesso, adiciona credibilidade à pesquisa e ao estatuto do investigador, arriscando, em certa medida, a sua própria reputação e credibilidade no interior da organização. Dadas as funções tipicamente desempenhadas por um *gatekeeper*, revela-se ajustado afirmar que, ao invés do que é comumente descrito nos relatos dos procedimentos accionados para a recolha de dados no contexto de uma pesquisa, em termos concretos, o investigador não *selecciona* uma amostra de empresas e de indivíduos nas empresas como suporte empírico da sua pesquisa. São as empresas que *escolhem*, em grande medida, os investigadores e as pesquisas. Como é enfatizado por Costa (1986), a capacidade para ver e “falar a partir de dentro” é sempre determinada por aquilo que o *grupo* deixa ver e admite falar.

Falar de acesso, neste quadro, implica, muitas vezes, falar de constrangimento, de exequibilidade, de incómodo, de impossibilidade (D’Andrea, Ciolfi & Gray, 2011) da necessidade de obter um sentido preciso do que é *possível* considerar, no plano das opções teórico-metodológicas (Czarniawska, 2014, p. X). O trabalho de campo num contexto empresarial releva, com especial acuidade, que o acesso constitui um problema transversal à trajectória de uma pesquisa, não tanto pelo seu conteúdo intrínseco, mas sim como facto social, uma novidade que se intromete nas rotinas habituais, previsíveis, da empresa. O acesso não é concedido *para sempre*, a sua concessão é precária, implicando a mobilização de um conjunto de práticas que visam a sua manutenção (Brown, Monthoux & McCullough, 1976; Feldman, Bell & Berger, 2003).

O acesso à organização não garante necessariamente, por inclusão ou inerência, o acesso aos indivíduos na organização (Lee, 1993; Laurila, 1997), podendo ocorrer negociações individuais, situadas, de acesso, que apresentam a pesquisa empírica como um processo de articulação de “contingências aparentemente infinitas” (Lee, 1993). No acesso aos indivíduos na organização, o impacto dos processos de posicionamento (Davies & Harré, 1990), de auto-apresentação (Goffman, 1959), de práticas situadas de (re)composição identitária, é especialmente significativo. Neste contexto, importa considerar a liminaridade enquanto condição de posicionamento social (Davies & Harré, 1990) tipicamente inerente à acção de um investigador, um posicionamento particular passível de ser ilustrado como *um estar dentro, estando fora* (“*inside-outsider*”) (Borg & Soderlund, 2014). O posicionamento liminar do investigador representa uma possibilidade de distanciamento em relação ao papel desempenhado pelos indivíduos num dado contexto local, associando-se a um sentido de pertença difuso, transitório, e à criação de condições de interacção marcadas pela transitoriedade e a ambivalência. Neste quadro de integração social, a auto e a heteroatribuição em relação a quem o investigador é, o que ou quem a sua pesquisa *representa* (Becker, 1998), o motivo da selecção de um indivíduo em particular (em detrimento de outros), a relutância dos indivíduos em *responder* (Thomas, 1993; Adler & Adler, 2002; Quattrone, 2006), definem dinâmicas de interacção que condicionam os processos observacionais e a natureza da informação recolhida no decurso da observação empírica.

A negociação do acesso é um processo social transversal à totalidade do tempo de pesquisa, uma condição que propicia a reflexividade (metodológica) (Johnson & Duberley, 2003) e a recomposição das práticas que constituem o próprio programa de pesquisa (Giddens, 1991; Feldman, Bell & Berger, 2003; Hibbert, Cupland & MacIntosh, 2010). A constatação empírica de que o acesso ao campo constitui um processo social, sociocognitivo, transversal ao processo de pesquisa, deve encontrar correspondência numa valorização dos procedimentos apensos ao trabalho empírico, e na consideração, em termos reflexivos, dos modos como a pesquisa observacional influi no desenvolvimento das matrizes teórico-científicas de uma pesquisa. A temporalidade (longa) dos processos apensos à negociação do acesso ao campo empírico, as dinâmicas de relação e de posicionamento social apensas a estes processos, a pesquisa empírica perspectivada como processo

de articulação emergente de “contingências aparentemente infinitas” (Lee, 1993), são circunstâncias que dão conta de quadros de interacção local, situada (Goffman, 1961), cuja análise aturada implica, no plano epistemológico, um exercício de distanciamento, a criação de uma distância subjectiva, condição que solicita, nos termos de Bourdieu [2002 (1972)], a geração de conhecimento sobre as próprias condições de produção de conhecimento.

Numa pesquisa intensiva, uma das informações mais significativas decorre das interpelações feitas ao próprio investigador, as acções (de facilitação, de constrangimento) a que é sujeito, a redefinição de relações sociais produzida pela sua presença (Costa, 1986, p. 139). Trata-se de um enquadramento normativo e sociocognitivo onde o uso de narrativas (Riessman, 1993; Czarniawska, 1997, 2004; Muncey, 2005; Wall, 2006; Cole, 2013) como veículo de conhecimento e de comunicação de conhecimento, relativo à experiência reflexiva do próprio investigador, em relação ao próprio processo de pesquisa (Hibbert, Cupland & MacIntosh, 2010), se revela como especialmente apropriado, enquanto recurso disponível para a análise e a interpretação, para fazer compreender (num sentido weberiano) a situação concreta de um indivíduo – um investigador – no contexto de um colectivo, e, em particular, as práticas desenvolvidas no quadro de interacções situadas.

3 Do acesso à observação de uma prática organizacional “sensível”: Uma narrativa, uma ilustração empírica.

No sentido de ilustrar, em termos empíricos, a especificidade da experiência dos processos sociais que se associam à criação e manutenção de condições de acesso à observação de uma prática organizacional valorizada como sendo *sensível* (Lee, 1993), apresenta-se no presente ponto uma narrativa constituída a partir de um conjunto de anotações mantidas num diário de campo (Czarniawska, 2007), registos de *autorreflexão* (Cunliffe & Karunanayake, 2013) reunidos no contexto das relações encetadas e mantidas com e nas empresas tomadas como caso, no desenho da pesquisa. A narrativa apresentada visa apresentar e fazer representar, no plano metodológico e epistemológico, um *modo de ver* os processos sociais emergentes na procura de acesso a um campo empírico particular, uma ilustração empírica a considerar, em si mesmo, na análise das condicionantes dos processos de acesso a um objeto de observação empírica - no caso presente, uma prática organizacional inscrita em contextos empresariais específicos.

Em termos epistemológicos, é possível perspectivar uma narrativa como um modo de declarar uma personalidade autoral (Alvesson, Hardy & Harley 2008), a *personalidade* do próprio investigador. A narrativa apresentada (“*Vamos ver o que é possível*”) visa ilustrar, neste sentido, a experiência vivida por um investigador, na procura de obtenção de acesso a um campo empírico, uma experiência cujo relato, cuja análise, é bastas vezes secundarizado no contexto das análises críticas reportadas pelos investigadores (Okumus, Altinay & Roper, 2007, p. 2). A narrativa reporta, em si, um *caso* (Ragin & Becker, 1992), isto é, um *enigma* por decifrar, por interpretar, uma descrição que se considera representativa enquanto *reflexo* das tendências-chave do fenómeno social em análise: a experiência vivida de acesso constrangido a um campo empírico, um processo sociocognitivo transversal à totalidade do tempo tomado pela concretização de um plano de pesquisa.

“Vamos ver o que é possível”.

Há uma procura. De casos possíveis, relevantes, dada a problemática considerada. Pesquisa-se. Compõe-se uma lista, pequena, constrita. Há contactos, telefonemas. Alguém conhece alguém que conhece alguém. Há o envio de um primeiro e-mail. Uma apresentação, um pedido expresso de colaboração. Há um encontro, em paralelo, intencional ou fortuito, um contacto próximo, propício, que “individualiza”, destacando, o primeiro e-mail. Aquele pedido não é “apenas” mais

um pedido. Há uma resposta. Há o envio de um segundo e-mail, que detalha objectivos, propósitos, o perfil do investigador, com minúcia. Um primeiro contacto telefónico é agendado, e depois reagendado. O contacto telefónico tem lugar. Com um ou uma "assistente", primeiro. Há uma espera. O contacto telefónico tem lugar. Ocorre, em vinte trinta cinquenta minutos, uma validação de propósitos, de utilidade, do grau de intrusão, de interferência. Há um segundo contacto telefónico que é agendado, de preparação de um encontro presencial, entretanto proposto, de validação prévia de tópicos a abordar. Um encontro presencial, uma entrevista, é agendado, a um, dois meses de distância. O encontro é reagendado, na semana anterior, na véspera. Ocorrerá a uma hora distinta, numa localização distinta, numa cidade distinta. Trata-se da disponibilidade que é "possível".

O investigador é, ele mesmo, "colocado em movimento". O contacto, a co-presença, irá, por fim, ter lugar. Há uma sensação de desconforto sempre presente, que se relaciona com uma situação de passividade, de desigualdade, de total e virtual dependência (do "observador" em relação ao "observado"). Novas dificuldades surgem no dia validado em agenda. Problemas de acesso físico ("Está no local correcto, mas esta é a entrada das traseiras"; "Está no local correcto, mas a entrada é nas traseiras"). Problemas de identidade, de identificação, de identificação – a identidade que emerge como um "problema" ("Qual é a sua empresa? Quem devo anunciar? Qual o objectivo da reunião? Qual é mesmo o nome da pessoa que procura?"; "Como reconhecer fisicamente a pessoa que se procura?"). O investigador apresenta-se numa recepção, num "hall", num balcão - uma antecâmara. Há uma espera. Um atraso é indicado. Meia hora, uma hora, hora e meia. Ouve-se música genérica, ambiente. Há candidatos, fornecedores, amigos que também esperam. Os clientes não esperam. Nas paredes, a "transparência" e a "proximidade" são declarados, em tom garrido, como princípio ético, motivo presente na estratégia empresarial, no projecto de empresa.

O contacto presencial ocorre, por fim. O espaço físico envolvente é impessoal. Nenhuma das partes sabe onde carregar uma bateria. De acordo com o protocolo ético e a deontologia, ocorre uma nova apresentação de propósitos, da utilidade, do compromisso de anonimato e de confidencialidade, do perfil do investigador. O uso de gravador é solicitado. Menciona-se a necessidade de existência de uma validação "superior" para o efeito. Há uma nova espera. É concedida a permissão requerida, à luz da intenção declarada de partilha posterior, para validação, dos materiais constituídos. No investigador subsiste uma preocupação em apresentar a pesquisa como inofensiva, quiçá, em última análise, como útil, para a empresa, para o interlocutor. No decurso da entrevista, a reprodução de discursos institucionais, a relutância em responder, encontram diferentes, imprevistos, modos de expressão. O investigador refere: "É importante, de facto, o que o powerpoint diz, mas é mais importante perceber o que o powerpoint lhe diz". Telefonemas, mensagens, alguém que aparece, vão entrecortando o tempo da entrevista. "Desculpe, vamos ter de terminar". A entrevista termina. Questiona-se a possibilidade de acesso a documentação complementar ao obtido, em paralelo, em espaço público. "É difícil, mas vamos ver o que é possível". Haverá dúvidas, necessidade provável de aprofundamento, de esclarecimento, de contacto, de uma nova entrevista. O contacto irá manter-se, é proposto. Na medida do que for possível. No regresso, a pé, no metro, de carro, de comboio, de táxi, persiste, como pano de fundo, remoto, ambíguo, um sentido de inadequação, de intrusão, de embaraço.

4 Do (in)sucesso no acesso: A importância do uso de narrativas como suporte analítico.

Uma narrativa não é uma opinião, um dado, uma *platitude*, mas sim uma composição individual, constituída a partir de um conjunto de referentes que se apresentam como socialmente disponíveis. A singularidade desta composição é o principal motivo subjacente ao seu uso como recurso ou âncora de análise, no contexto de uma pesquisa qualitativa (Riessman, 1993).

A abordagem narrativa permite compreender como é que o indivíduo se *coloca em cena*, se encena enquanto sujeito-objeto de observação, racionalizando peripécias/acontecimentos passada(o)s num quadro permeável ao efeito de referentes autobiográficos (Czarniawska, 2004, p. 53). No quadro da pesquisa tomada como referência pelo presente artigo, o recurso ao uso de narrativas procurou fazer compreender a especificidade da situação de integração de um investigador, da realidade social presente como dificuldade, como constrangimento, no momento de *confronto empírico* que a procura de concretização de um plano de pesquisa representa. Uma experiência de confronto com o constrangimento social, a necessidade de (re)criação de condições de viabilidade, de possibilidade, de exequibilidade de um programa de pesquisa.

A composição de uma narrativa enquanto sedimento vivido de uma prática, implica um distanciamento crítico, subjectivo, em relação a um objecto, processo ou fenómeno social. A experiência de dificuldade, de constrangimento, enfatiza, em si, a posição liminar (Borg & Soderlund, 2014) do investigador, em relação ao colectivo tomado como objecto de observação. A liminaridade instaura um espaço social por preencher, uma *distância social* rangente, uma putativa vantagem para o investigador, na fuga ao encapsulamento da sua acção em relações marcadas pela estereotipia de papéis sociais. Em função da identificação de representações, práticas em uso na organização ou preferências culturais do *gatekeeper*, o *espaço social por preencher* pode ser *praticado* pelo investigador: repetir (o existente), ou diferir, suscitar a identificação, a diferença.

A existência de *distância social* é essencial para a preservação da objectividade inerente ao exercício de uma reflexividade de tipo metodológico (Johnson & Duberley, 2003), que decorre da análise do impacto da posição e da acção do investigador e dos métodos empregues, na construção (social) do próprio processo de pesquisa. A presença do investigador introduz novas relações sociais no campo empírico. A reflexividade metodológica é relevante, neste sentido, para o investigador (e para a pesquisa), na medida em que é dela que depende a capacidade de interrogação do posicionamento do investigador em relação ao objecto de pesquisa (Cunliffe & Karunanayake, 2013; Hibbert et al., 2014), e a perspectiva adoptada na sua análise, a interrogação de um eventual efeito de semelhança, de contraste, de interferência, experimentado na relação com o objecto observado.

No desenvolvimento da pesquisa relatada, da opção pelo uso de narrativas como veículo de conhecimento e de comunicação da experiência de relação com o objeto observado, resultaram ganhos de visibilidade e de escrutínio, de possibilidade de interrogação da própria experiência de observação, pela evocação de incidentes críticos e a exploração de domínios temáticos salientes no decurso das relações sociais de pesquisa (Czarniawska, 2004, pp. 43-4). Trata-se de um ganho relevante, do ponto de vista metodológico e epistemológico, atendendo ao estatuto *oculto*, invisível, secundário, de dimensões particulares, micro, constitutivas dos processos observacionais de pesquisa.

Numa das empresas consideradas na pesquisa, o acesso a indivíduos na empresa implicou múltiplos telefonemas e mais de 80 e-mails enviados, ao longo de 6 meses consecutivos. A narrativa “*Vamos ver o que é possível*” procura dar conta, neste sentido, da tentativa de acesso a uma empresa e a indivíduos numa empresa como uma experiência de constrangimento, de acesso a *para-acessos*, de acesso a antecâmaras organizacionais, um processo social (de pesquisa) perpassado, no essencial, pela dificuldade. Os processos sociais associados à criação de condições de acesso ao campo empírico constituem um exemplo de uma dimensão tipicamente secundarizada no contexto das análises reportadas pelos investigadores (Okumus, Altinay & Roper, 2007), uma tarefa considerada *menor*, de ordem tática (Gummesson, 2000), uma posição constitutiva de uma *invisibilidade* que pode fomentar a existência de imprevistos, de obstáculos imprevistos na procura de operacionalização de um plano de pesquisa (Siwale, 2015).

O mundo e a vida social são, em termos ontológicos, mundos discursivos, retóricos, relatantes, mundos *em representação* (Bruner, 1986). A palavra constitui, neste contexto, uma realidade

inefável, constituindo uma narrativa uma fonte de informação sobre a realidade social. O discurso sociológico apresenta-se, neste sentido, como um discurso de cariz necessariamente tropológico, isto é, figurado (Czarniawska, 2004, p. 118). Para uma sociologia de inspiração *narrativista*, o fulcro da pesquisa não é tanto o objecto considerado em termos analíticos, mas sim o discurso estabelecido por referência àquele. O mundo social pensado e dito, relatado, é, nesta perspectiva, o mundo por excelência, não existindo, em si, realidades sociais a não ser de forma interpretada, narrada.

Partindo da interrogação inicial das condições de acesso ao campo de observação em contextos empresariais, o presente artigo visa equacionar, a partir da apresentação de um caso e de uma narrativa concreta, a adequação do uso de narrativas na elucidação de dimensões micro apenas à economia das diligências de pesquisa. Esta pertinência decorre, a nosso ver, da sua associação estreita com as condições inerentes à sua produção social, a associação com os recursos substantivos, as contingências accionadas como salientes pelo próprio processo de pesquisa. Uma narrativa *encontra-se* entre indivíduos, e não nos indivíduos, implicando uma actividade de interacção situada, uma troca dialógica informada pelo estatuto das partes envolvidas. A *reverberação* produzida pela assimetria de posições, o posicionamento (liminar) do investigador, a sua contingencialidade narrativa (Lee, 1993), influencia, a forma como um indivíduo (o investigador, no caso presente) reconstitui a trajectória de um processo social (uma pesquisa em contexto empresarial, no caso presente) pela composição de uma narrativa.

Uma narrativa emerge, neste quadro, como veículo privilegiado, legítimo, de conhecimento do sentido (emergente) de uma acção ou prática social. Por razões próximas ao referido, a banalização da presença e da acção do investigador numa organização ou empresa poderá gerar efeitos perversos para os objectivos de uma pesquisa empírica (e.g., a indiferença, o desinteresse e a interacção selectiva, por parte dos sujeitos observados). Com efeito, quando o acesso deixa de constituir, em si, um *problema*, uma fonte de “intrusão, de embaraço”, como expresso na narrativa “*Vamos ver o que é possível*”, é possivelmente chegado o momento de *regressar*, de sair do campo (Buchanan, Boddy & McCalman, 1988) – finda a *reverberação*, o contraste, o constrangimento, a estranheza.

Referências

- Adler, P. & Adler, P. (2002). The reluctant respondent, in J. Gubrium & J. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, 515-536. London: Sage.
- Alvesson, M., Hardy, C., & Harley, B. (2008). Reflecting on reflexivity: Reflexive textual practices in organization and management theory, *Journal of Management Studies*, 45 (3), 480-501.
- Baruch, Y., Dickmann, M, Altman, Y., & Bournois, F. (2013). Exploring international work: Types and dimensions of global careers, *The International Journal of Human Resource Management*, 24, 12, 2369-2393.
- Becker, H. (1998). *Tricks of the trade: How to think about your research while you're doing it*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bourdieu, P. [2002 (1972)]. *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Borg, E., & Soderlund, J. (2014). Moving in, moving on. Liminality practices in project-based work, *Employee Relations*, 36, 2, 182-197.

- Brown, C., Monthoux, P., & McCullough, A. (1976). *The access-casebook*. Stockholm: Teknisk Hogskolelitteratur.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Buchanan, D., Boddy, D., & McCalman, J. (1988). Getting in, getting on, getting out and getting back, in A. Bryman (ed.), *Doing research in organisations*, 53-67. London: Routledge.
- Burgess, R. (1997 [1984]). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Edições Celta.
- Cole, C. (2013). Stories from the lived and living fieldwork process, *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 8, 50-69.
- Costa, A. F. (1986). A pesquisa de terreno em Sociologia, in A. Silva, & J. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 129-148. Porto: Afrontamento.
- Cunliffe, A., & Karunanayake, G. (2013). Working within hyphen-spaces in ethnographic research: Implications for research identities and practice. *Organizational Research Methods*, 16, 364-392.
- Czarniawska, B. (1997). *Narrating the organization: Dramas of institutional identity*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Czarniawska, B. (2004). *Narratives in social science research*. London: Sage.
- Czarniawska, B. (2007). *Shadowing: And other techniques of doing fieldwork in modern societies*. Copenhagen: Copenhagen Business School Press.
- Czarniawska, B. (2014). *Social science research*, 72-86. London: Sage.
- D'Andrea, A., Cioffi, L., & Gray, B. (2011). Methodological challenges and innovations, *Mobilities Research*, 6, 2, 149-160.
- Dabic, M., González-Loureiro, M., & Harvey, M. (2013). Evolving research on expatriates: What is "known" after four decades (1970-2012), *The International Journal of Human Resource Management*, 26 (3), 316-337.
- Davies, B., & Harré, R. (1990). Positioning: The discursive production of selves, *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 20 (1), 43-63.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publications.
- Elliott, A., & Urry, J. (2010). *Mobile lives*. London: Routledge.
- Feldman, M., Bell, J., & Berger, M. (2003). *Gaining access: A practical and theoretical guide for qualitative researchers*. California: AltaMira Press.
- Foucault, M. (1979). *Discipline and punish: The birth of the prison*. NY: Vintage Books.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press.
- Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. New York: Garden City.
- Goffman, E. (1961). *Encounters: Two studies in the sociology of interaction*. New York: Macmillan.
- Gummesson, E. (2000). *Qualitative methods in management research* (2nd ed.). London: Sage.
- Hibbert, P., Cupland, C., & MacIntosh, R. (2010). Reflexivity: Recursion and relationality in organizational processes, *Qualitative Research in Organizations and Management*, 5, 1, 47-62.
- Johnson, P. & Duberley, J. (2003). Reflexivity in management research, *Journal of Management Studies*, 40 (5), 1279-1303.

- Kraimer, M., Shaffer, M., Chen, Y., & Bolino, M. (2012). Choices, challenges and career consequences of global work experiences: A review and future agenda, *Journal of Management*, 38, 1282-1327.
- Laurila, J. (1997). Promoting research access and informant rapport in corporate settings: Notes from research on a crisis company, *Scandinavian Journal of Management*, 13, 4, 407-418.
- Lee, R. (1993). *Doing research on sensitive topics*. London: Sage.
- Mayrhofer, W., Reichel, A., & Sparrow, P. (2012). Alternative forms of international working, in G. Stahl, I. Bjorkman, & S. Morris (eds.), *Handbook of Research in International Human Resource Management*, 300-327. Cheltenham: Northampton.
- Muncey, T. (2005). Doing autoethnography, *International Journal of Qualitative Methods*, 4 (1), 69-86.
- Okumus, F., Altinay, L., & Roper, A. (2007). Gaining access for research: Reflections from experience, *Annals of Tourism Research*, 34, 1, 7-26.
- Pinto, J. M. (1984). Questões de metodologia sociológica I, *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, 5-42.
- Pinto, J. M. (1985). Questões de metodologia sociológica II, *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, 11-40.
- Quattrone, P. (2006). The possibility of the testimony: A case for case study research, *Organization*, 13 (1), 143-157.
- Ragin, C., & Becker, H. (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ragin, C., & Amoroso, L. (2011). *Constructing social research: The unity and diversity of method*. New York: Sage.
- Reeves, C. (2010). A difficult negotiation: Fieldwork relations with gatekeepers, *Qualitative Research*, 10, 315-331.
- Riessman, C. (1993). *Narrative analysis*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Shenton, A., & Hayter, S. (2004). Strategies for gaining access to organizations and informants in qualitative studies, *Education for Information*, 22, 223-231.
- Siwale, J. (2015). Why did I not prepare for this? The politics of negotiating fieldwork access, identity, and methodology in researching microfinance institutions, *Sage Open*, April-June 2015, 1–12.
- Thomas, R. (1993). Interviewing important people in big companies, *Journal of Contemporary Ethnography*, 22 (1), 80-96.
- Wall, S. (2006). An autoethnography on learning about autoethnography, *International Journal of Qualitative Methods*, 5 (2), 146-160.
- Welch, C., Marschan-Piekkari, R., Penttinen, H., & Tahvanainen, M. (2002). Corporate elites as informants in qualitative international business research, *International Business Review*, 11 (5), 611-628.